

**UNISA – UNIVERSIDA DE SANTO AMARO**

**Curso de Licenciatura em História**

**Amanda Seles Sousa**

10.0

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**TRILHANDO A LIBERDADE: ESTRATÉGIAS E ARTICULAÇÕES DOS  
ESCRAVIZADOS RUMO AO FIM DA ESCRAVIZAÇÃO**

**SÃO PAULO**

**2023**

## TRILHANDO A LIBERDADE: ESTRATÉGIAS E ARTICULAÇÕES DOS ESCRAVIZADOS RUMO AO FIM DA ESCRAVIZAÇÃO

Amanda Seles Sousa<sup>1</sup>

Jussara Parada Amed<sup>2</sup>

### Resumo:

Este trabalho tem como objetivo analisar os fatores essenciais para o fim da escravização africana e de seus descendentes no Brasil, com ênfase nas estratégias e articulações dos próprios escravizados. A pesquisa se concentra no século XIX, destacando os elementos decisivos para a efetivação da abolição. Embora provenientes de diversas culturas, crenças e hábitos, os negros escravizados compartilhavam a cor da pele, o que muitas vezes os levava a unir-se para articular estratégias visando a conquista de maior autonomia individual. Paralelamente, a abolição da escravização foi influenciada por fatores como a pressão britânica e a evolução da industrialização global, que demandava novas formas de trabalho e consumo. Enquanto outros países das Américas já haviam abolido a escravização, o Brasil resistia devido à influência de uma elite latifundiária. Diante desse cenário, os negros e crioulos frequentemente recorriam a fugas, sabotagens, revoltas e à formação de quilombos como estratégias de defesa e resistência. Esses movimentos visavam alcançar a liberdade, que representava a autonomia do indivíduo para viver como dono de si mesmo.

**Palavras-chave:** abolição; escravização; estratégias dos escravizados; resistência dos escravizados; século XIX.

---

<sup>1</sup>Graduanda do curso de Licenciatura em história da Universidade de Santo Amaro – UNISA, 2023. E-mail: [amanda.seles96@gmail.com](mailto:amanda.seles96@gmail.com)

<sup>2</sup>Professora orientadora, Mestre em história pela PUC-SP e Doutora em História Social pela USP. E-mail: [jamed@prof.unisa.br](mailto:jamed@prof.unisa.br)

**Abstract:**

This work aims to analyze the essential factors leading to the end of African enslavement and that of their descendants in Brazil, with a focus on the strategies and collaborations of the enslaved individuals themselves. The research is centered on the 19th century, highlighting the pivotal elements in the effective abolition process. Despite originating from diverse cultures, beliefs, and customs, enslaved Africans and their descendants shared the commonality of skin color, often leading them to unite in order to strategize for greater individual autonomy. Concurrently, the abolition of slavery was influenced by factors such as British pressure and the evolution of global industrialization, which called for new forms of labor and consumption. While other countries in the Americas had already abolished slavery, Brazil resisted due to the influence of a landowning elite. Faced with this backdrop, enslaved individuals and Creoles frequently turned to escapes, sabotage, revolts, and the establishment of quilombos as strategies of defense and resistance. These movements aimed to achieve freedom, representing individual autonomy to live as one's own master.

**Keywords:** abolition; enslavement; enslaved strategies; enslaved resistance; 19th century.

**Apresentação:**

O processo que conhecemos como fim da escravização no Brasil é resultado de uma série de fatores, culminando oficialmente no final século XIX com a promulgação da Lei áurea em 13 de maio de 1888, que declarou a abolição. É evidente que para seu desmonte houve um processo onde os próprios escravizados se organizaram para que o mesmo fosse consolidado. Por isso, analisando o período em questão, houve diversas insurreições na primeira metade do século e na segunda metade. Sendo que, na segunda metade destaca-se as movimentações interprovinciais massivas de escravizados africanos e brasileiros descendentes

chamados de crioulos. Esta movimentação da região norte e nordeste para regiões sul e sudeste foi devido a demanda de trabalho em engenhos e na produção do café. Outro fator para este comércio interprovincial foi a proibição do tráfico de escravizados africanos para o Brasil, conforme a Lei Eusébio de Queirós de 4 de setembro 1850. Todavia, mesmo havendo proibição ainda existia um mercado árduo e lucrativo de maneira ilegal em navios tumbeiros.

Nesse contexto, a produção de informações por meio de jornais esboçava a maneira que se começava a pensar sobre o tema da escravização, devido a essas estruturas estarem ligadas à metrópole brasileira, o 'Jornal do Commercio' publicou, em 27 de janeiro de 1830 um artigo que dizia: "Também é infundada a opinião daqueles que se persuadem de que só os africanos são aptos para os trabalhos grosseiros dos nossos campos, e que só eles é que podem suportar o excessivo calor das nossas estações", delineando que as estruturas escravagistas estavam dissociando. A literatura do período, também evidenciava a ilegalidade sobre o tráfico negreiro, por exemplo, o abolicionista Castro Alves que apesar de pertencer a elite social que detinha privilégios, criticava suas estruturas pelo seu viés republicano e abolicionista. Em seu trabalho mais famosa "O Navio Negreiro" de 1868, descreveu no poema a maneira atroz que aconteciam o percurso marítimo dos navios tumbeiros:

Que importa do nauta o berço, donde é filho, qual seu lar? Ama a cadência do verso. Que lhe ensina o velho mar! Cantai! Que a morte é divina! Resvala o brigue à bolina Como golfinho veloz. Presa ao mastro da mezena saudosa bandeira acena as vagas que deixa após.<sup>3</sup>

O poema cria em nosso imaginário como os escravizados se sentiam em estar em alto-mar rumo ao desconhecido, longe de sua origem e a vista de uma nova bandeira que representava nova realidade. Talvez como descreve o poema, a morte seria uma escolha para não enfrentar a escravização brasileira. Porém, uma das consequências desse mercado ilegal foi a pressão britânica que impunha e fiscalizava para que de fato se destituisse a escravização no Brasil. Compreendendo que o interesse britânico também foi comercial, pois enxergava no Brasil um mercado lucrativo. Acreditavam então os ingleses que a escravização atrasava a industrialização brasileira e o consumo de produtos. Visto que, sendo industrializada

---

<sup>3</sup> ALVES, Castro. O Navio Negreiro e outros poemas. 1ª edição. São Paulo: Editora Antofágica, 2022.

tornara-se imprescindível a demanda de produtos ingleses, e por este processo receberiam proeminentes lucros em prestação de serviços e produtos da respectiva indústria britânica.

Outro ponto seria a vertente inglesa protestante, que apontava para a escravização como algo desumano e abominável. O historiador brasilianista Leslie Bethell em 'América Latina Colonial, V.II', evidenciou esta relação através da renovação do tratado comercial estabelecido em 1810, que também renovava a influência política da Inglaterra no Brasil (BETHEL, 1999, p.127). A renovação do tratado comercial favoreceu os ingleses, tinham taxas exclusivas de 15% sobre produtos brasileiros. Portanto, abrangiam privilégios comerciais pela relação anglo-brasileira, para isso também estabeleceram delegacias e juris ingleses, alvará de funcionamento para seus comércios como bancos, e sobre a venda de café o transporte foi realizado massivamente pelos ingleses. Após a renovação do tratado comercial em 1826, a Inglaterra determinava que a importação de escravizados se torne ilegal dentro de três anos, atribuindo consequências aos navios negreiros encontrados após a ratificação do tratado. Visto que, estariam sujeitos a julgamento perante tribunais anglo-brasileiros concentrados principalmente na região do Rio de Janeiro.

O tratado ratificado não significava que o tráfico de escravizados não acontecia arduamente pela ilegalidade, inclusive o próprio imperador Dom Pedro I tinha conhecimento do tráfico clandestino. Mas o mesmo buscava se desvencilhar da situação devido seu conflito com os escravagistas, que pressionavam o imperador para não realizar alterações que pudessem acabar com o tráfico lucrativo de escravizados e sua garantia de sua mão de obra. Pois em meados de 1830 o café se moldava em um mercado extremamente lucrativo, e a mão de obra escravizada sofria forte demanda para sua ascensão. Em 1844, o Brasil decidiu revogar o tratado com a Inglaterra, pois almejava maior autonomia em exercer questões de interesses comerciais e políticos. Durante este processo a Inglaterra não abriu espaço para revogações das questões escravistas, ao contrário pressionava ainda mais o Brasil. Contudo, foi criada a lei *Aberdeen* em 1845, estabelecendo que qualquer navio negreiro capturado seria julgado por um tribunal britânico e os escravizados

capturados seriam libertos, mas mesmo com a imposição da lei Aberdeen o tráfico clandestino perpetuava no Brasil.

Com isso se iniciou um clima de hostilidade entre ambas as nações, acarretando conflitos isolados com a captura de navios clandestinos, havendo troca de tiros e abatimento de navios negreiros. Paulino José Soares futuro visconde do Uruguai, era o ministro de relações exteriores brasileiras, e apontava que “O Brasil não tinha mais como evitar as mudanças da época vivida pelo mundo” (Bethell, 1999, pg. 129) ou seja, o fim da escravização seria eminente. Leslie Bethell, aborda que esta constatação é decorrente da análise de que o Brasil, não possuía força marítima superior aos britânicos para enfrentá-los, e caso não concordasse com a imposição britânica, seu desfecho seria em conflitos bélicos em território brasileiro trazendo grandes perdas e prejuízos ao Brasil.

Em setembro de 1850 foi decretada a lei Eusébio de Queirós contra o tráfico escravizados africanos, que começou a se mostrar com maior efetividade, onde de maneira gradual os números referentes ao tráfico ilegal sofreram quedas significativas. Por conseguinte, causando desaprovação principalmente da elite rural, fator que mais adiante influenciaria no desgaste e fim do império de Dom Pedro II. Portanto, a interferência da Inglaterra para o fim da escravização no Brasil foi significativa, compreendendo que esta atuação não se fez de maneira neutra, pois havia interesse no âmbito comercial e político. O Brasil preso ao trabalho escravizado e último país a declarar a abolição, atrasava seu processo de industrialização, e este fato não favorecia os interesses ingleses que detinham um mercado amplo no Brasil para então fornecer seus produtos e serviços.

### **Rebeliões e Quilombos**

A Bahia foi um dos cenários mais importantes em relação as rebeliões e conspirações do século XIX, destacando-se a Revolta dos Malês de 1835. Inicialmente a base das rebeliões provinha de povos africanos da região do Sudão Central, que detinham predominância em diversas partes a religião islâmica. Todavia em seus territórios tiveram conflitos no âmbito político e religioso, conflitos esses que internamente levavam a condição de cativo de muitos africanos, que posteriormente

teriam como destino a venda como escravizados para as Américas, principalmente para o Brasil.

No início do século XIX começaram a chegar ao Brasil, em especial à Bahia, africanos aprisionados durante conflitos político-religiosos no interior do golfo do Benim, litoral mais conhecido na era do tráfico negreiro como Costa da Mina. Entre 1800 e 1850, cerca de 73% dos cativos que saltaram na Bahia tinham sido embarcados em portos ali localizados – Uidá, Porto Novo, Badagri, Onim (Lagos) etc.<sup>4</sup>

Haussás e Nagôs foram os povos que proeminentemente embarcaram em condição de cativos para o Brasil, principalmente para região da Bahia e Pernambuco, as províncias no início do século XIX sustentava lucrativo mercado de açúcar. Contudo, devido à recente experiência em relação a conflitos em território africano, os escravizados realizavam levantes idealizando estabelecer sua resistência. Sendo assim, essa resistência ficou retratado em levantes como de 1807 e 1809, organizados por grupos de predominância Haussás que fomentaram rebeliões com o objetivo de realizar fugas, saques e violações a igrejas para destruição de santos e afins, caso bem-sucedidos visavam instaurar na região a crença muçulmana dos Haussás. Porém o grupo foi reprimido pelo conde da Ponte governador da capitania da Bahia, que com antecedência descobriu o ato de revolta e reprimiu o levante.

A revolta de 1814 apresentou maior resultado, cerca de duzentos rebeldes haussás atacaram barcos de pescas especializados em armações no mercado de baleias, onde extraíam a gordura do animal para utilizarem na iluminação de ruas e casas, impermeabilização de paredes e na produção de sabão (REIS, 2014). Mas, as ações do levante além de ataques aos barcos, assassinavam feitores e suas famílias, sabotavam instrumentos de trabalho das fazendas e incendiavam as mesmas e suas grandes plantações. Durante este processo ganhavam novos adeptos conforme invadiam locais em que havia outros escravizados. Os insurgentes só são inibidos quando entram em confronto com a cavalaria e a infantaria. Mas ainda assim, resistiam lutando com armas brancas. O desfecho foi o abatimento de muitos dos revoltosos por meio da fuzilaria, outros coletivamente se suicidam por enforcamento

---

<sup>4</sup> REIS, João José. Os malês segundo *Abd Al-Raḥmān Al-Baghdādī*, um ímã otomano no Brasil oitocentista. *Revista Brasileira de História*, v. 43, n.93, p. 355-396, 2023.

ou afogamento no rio Itapuã, palco do confronto. Por conseguinte, demonstravam até o último momento resistência enquanto foram capazes, proferindo mensagens que enalteciam suas origens e subjugavam as ações dos brancos (REIS,2014).

O contingente com relação A Revolta dos Malês de 1835 traz também como seu principal cenário a província da Bahia, sua base assemelhava-se a revolta de 1814 e aos levantes de 1807 e 1809, provindo do tráfico transatlântico de regiões conhecidas como Costa do Mina, na África. Inicialmente organizada pelos haussás havendo cerca de 15% islamizados, mas que abrangiam outros povos que posteriormente uma parcela seria adepto ao islamismo. No entanto, existiam povos de outras regiões distintas da África ou crioulos nascidos no Brasil (REIS, 2023). Dessa forma dia 25 de janeiro do ano em questão em Salvador, cerca de 600 insurgentes libertos e escravizados lutaram cerca de quatro horas, contabilizando mais de 70 mortos e 31 presos, apenas um revoltoso confirmou sua participação no levante. Devido à falta de provas muitos foram absolvidos, já os libertos, para muitos foi preferível regressar a África ou se deslocar para região do Rio de Janeiro que mantinha grande contingente de escravizados, facilitando uma vida anônima no grande centro urbano.

As características da revolta dos Malês são diversas, a Bahia foi um dos lugares com maior concentração de escravizados, nesse sentido havia chances maiores de que revoltas acontecessem. O encabeçamento da revolta foi formado majoritariamente por escravizados urbanos de salvador, que conseguiam se deslocar com maior facilidade nas áreas urbanas exercendo algum ofício, diferente daqueles que cotidianamente trabalhavam na lavoura com maiores restrições de acesso a outras áreas. Foi estipulado que a revolta de 1835 acontecesse no período do Ramadã, mês sagrado para os islâmicos, por isso utilizam vestes de *abadá* branco e amuletos que acreditavam trazer sorte com passagens árabes do Corão. Nesse momento, a maior parcela dos insurgentes eram muçulmana, que triunfando provavelmente sucederiam tentativas de implantar o islamismo e permanecer resistentes a população nascida no Brasil.

Para o período em que se sucedeu a revolta dos Malês, o Brasil não estava mais em posição de Reino de Portugal, estabelecida a independência política em 1822, o império buscava fortalecer seu reconhecimento internacional (BETHEL,1999).

Portanto, as revoltas representavam uma ameaça constante que deveria ser reprimida de imediato, visto que existia a insegurança de movimentos inspirados no modelo de São Domingos, que se estabeleceu como Haiti no final do século XVIII. O haitianismo foi um medo recorrente no século XIX nas Américas, principalmente no Brasil com grande contingente de cerca de 50% da população permanecendo em situação de escravizado. A revolução do Haiti, como movimento foi a indagação de ideais de sua própria metrópole a França, que suscitavam o bordão: liberdade, igualdade e fraternidade. Porém, tais concepções não cabiam ou se estendiam aos escravizados africanos e libertos da ilha de São Domingos. Por meio do acentuado número de cativos, sendo cerca de 450 mil e 40 mil franceses (CHALHOUB,2011), organizam sua independência por intermédio de rebeliões, seu objetivo foi por fim ao domínio da elite branca e a ínfima dominação política.

O haitianismo trouxe átona um período de sobressalto para o império brasileiro, por isso foram empregados métodos que não permitissem insurreições semelhantes a Ilha de São Domingos, que conquistando sua independência se consolida como Haiti. Sucederam no Brasil tentativas em reprimir previamente qualquer sinal de organização semelhante, como resultado aconteceu vendas dos revoltos para outras regiões no sentido de dissipar os grupos de insurgentes ou possíveis rebeldes. Além disso, deportavam milhares de negros para regressarem a África, também fazendo de punições físicas uma maneira de tentar conter os indivíduos, onde geralmente a punição física com o intuito de desmoralizar o sujeito, era imposto que outro escravizado o fizesse (REIS,2003). Outros setores sociais que visavam interesses como a independência do Brasil, também apoiavam movimentos abolicionistas. Caso como a revolta dos Balaios que visava uma sociedade mais igualitária, ou a Farrapos, insatisfeitos com impostos acentuados do comércio de charque e com governador de província do Rio Grande do Sul. Esses movimentos nem sempre tinha vertente abolicionista, mas traziam interesses diversos. Negros e crioulos se associavam aos movimentos que representassem questões de seu interesse. Posto isso, a brasilianista *Mary Karasch* aponta que “cada grupo africano tentava manter sua integridade cultural, dificultando a formação de uma frente pan-africana contra os brancos” (REIS,1996). Por isso, a década de 30 do século XIX, a Corte foi o local com maior demografia de escravizados, no entanto não houve grandes rebeliões como na Bahia de 1835, o motivo seria pela variedade étnica daquela região, diferente da Corte

a província da Bahia detinha etnias predominantes como Haussás, Jejes e Nagôs, mas essas etnias ainda assim apresentavam disputas internas no Brasil.

Certamente os movimentos de insurreição do Brasil influenciados pelo Haiti ou não, a historiografia aponta que o agrupamento em Quilombos desde o período colonial e pós-abolição, também serviram de articulação para fugas de escravizados, acolhimento de ex-escravizados e seus descendentes, ou até mesmos brancos pobres. Uma vez que, sua formação poderia ser temporária ou permanente, hora acontecendo fugas individualmente ou grupos. Além disso, a formação de um Quilombo foi um reflexo das revoltas, pois durante o processo de um levante organizavam seus planos nesses contingentes, também disseminavam seus ideais de liberdade e autonomia em fazendas e centros urbanos. Por esse motivo, muitos passavam a se deslocar para o refúgio dos Quilombos, podendo acontecer antes, durante ou depois de revoltas, o motivo era devido a repressão e violência dos escravocratas (REIS, 1996).

Embora não tivessem sido as únicas formas de resistência coletiva sob a escravidão, a revolta e a formação de quilombos foram das mais importantes. A revolta se assemelha a ações coletivas comuns na história de outros grupos subalternos, mas o quilombo foi um movimento típico dos escravos. É difícil, porém, em muitos casos, distinguir um do outro. Apesar de muitos quilombos terem se formado aos poucos, através da adesão de fugitivos individuais ou agrupados, outros tantos resultaram de fugas coletivas iniciadas em revoltas.<sup>5</sup>

Caracterizando-se por sua organização, os Quilombos inicialmente desenvolviam-se em locais isolados e de difícil acesso, porém posteriormente mocambos são formados próximos à urbanização. Fundamentada com a instauração de líderes, havia toda uma vida social, econômica, cultural, política e defesa militar, inclusive foram um dos maiores meios de preservação da cultura afrodescendente. Quanto a este isolamento em lugares de difícil acesso, não denotava necessariamente que os mesmos não se deslocavam para áreas urbanas ou engenhos. Ocorriam frequentes deslocamentos para realização do comércio referente aos produtos

---

<sup>5</sup> REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil: Nos achamos em campos a tratar da liberdade. Revista USP. n. 28, p. 14-39, 1996.

produzidos em Quilombos, ou até mesmo na busca em exercer algum ofício que auxiliasse o sujeito em sua renda, ainda podendo ser pecúlio para algum parente ou companheiro cativo.

Na conjuntura do século XIX, desvelavam manter as elites sob controle todo tipo de organização que poderia se tornar um grande agrupamento semelhante à dos Palmares. Consolidado como maior Quilombo brasileiro, Palmares emergiu no século XVI na capitania de Pernambuco atual região de Alagoas. Formada por uma conjunção de pequenos mocambos, foi construída em uma área de palmeiras e árvores que provinham frutos, desse modo complementando a agricultura a qual produziam mandioca, feijão, milho, batata e melão. A estrutura interna e externa do Quilombo promovia meios de sobrevivência, mantinham vigilância constante em muralhas de madeiras, e o uso de diversas armadilhas no entorno para auxiliar na segurança, já o caminho de acesso ao Quilombo só era conhecido pelos moradores. Sua extensão durou quase 100 anos (1597-1694), e seu declínio e destruição ocorreu durante e a liderança de Zumbi, que liderava os povos desde a morte do líder anterior Ganga Zumba (REIS,1996). Morto supostamente por envenenamento dentro do próprio Quilombo por realizar tratados com os portugueses, acordos esses que favoreciam apenas os membros livres ou descendentes, direcionando então os fugitivos para o retorno ao sistema escravocrata, era definido pelo tratado a permissão de que o Quilombo pudesse permanecer sem novas represálias ou ataques caso não recebessem mais fugitivos.

Em Palmares houve ainda, mesmo sob Zumbi, outras tentativas malogradas de acordo, bem como a ideia de enviar uma missão religiosa para pacificá-lo, esta última veementemente desaconselhada pelo padre Antônio Vieira. <sup>6</sup>

Resistentes em várias tentativas de ataques portugueses até mesmo holandeses, na liderança de Zumbi não houve acordos semelhantes que estabelecesse autorização para existência do Quilombo, acarretando sucessões de ataques. Em 1694 com a expedição do bandeirante Domingos Jorge Velho, por força violenta encerra o Quilombo. Aqueles que conseguiram fugir são perseguidos pela figura do capitão do mato, que agia como milícia especializada na captura de

---

<sup>6</sup> REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil: Nos achamos em campos a tratar da liberdade. Revista USP. n. 28, p. 14-39, 1996.

escravizados fugitivos. No caso de Zumbi acabou morto posteriormente, ficando com sua cabeça exposta publicamente em Recife para mostrar aos negros que o líder não era imortal como se acreditava. Todavia, a presença portuguesa na região se estendeu até o final do século XVIII com o intuito de inibir novas organizações no local. Contudo, existiram diversos quilombos, sendo também liderados por mulheres como foi o caso do quilombo Quariterê na região do Mato Grosso, liderado por Tereza em 1769, onde produziam algodão para comercialização como produto de troca.

### **Intervenções e articulações**

A outra óptica do processo que leva o fim da escravização também ficou atrelada a migração negra da região norte e nordeste citada anteriormente. A migração ficou concentrada na corte em trabalhos urbanos e domésticos, outros tiveram como destino regiões rurais devido ao comércio de café, como em São Paulo. Portanto, havia tentativas dos negros em se desvencilhar e interferir nessas vendas, pois sua venda para essas regiões significava exercer trabalhos braçais árduos. Em razão disso, o comércio interprovincial de escravizados enfrentava resistências em diversos âmbitos, pois sua venda significava abandonar suas famílias a relação de patronagem com seu senhor e o ofício exercido.

Sidney Chalhoub em 'Visões da liberdade', realizou pesquisas em documentos de processos judiciais do século XIX que destrincham esta questão, e a resistência negra sobre a venda de uma região para outra. Chalhoub, encontrou um processo que exemplifica a interferência dos escravizados nesse processo:

O negro Bonifácio vindo da Bahia e seus companheiros de provinciais do Norte foram vendidos a senhores da corte, mas antes do processo de venda ser concluído os mesmos ficavam em pose do comerciante e carrasco de escravizados Veludo, que intermediava o trâmite de compra e venda. Os escravizados então decidem se organizar para armar uma emboscada para Veludo e agredi-lo, justificando que Veludo, havia agredido muitos deles com fêrula sem justificativa ou exageradamente. Portanto, após agredir Veludo os companheiros iriam se entregar aos guardas de patrulha, confessando a agressão que quase tirou a vida do comerciante (CHALHOUB,2011). Consequentemente, a organização entre os escravizados

poderia ter outro motivo além da vingança contra Veludo, pois é evidente a obstinação em não serem vendidos para senhores que usariam sua mão de obra muito provavelmente em trabalhos braçais massivos e longe de sua terra de origem.

Observamos que os agressores planejaram tudo com bastante antecedência, conversaram muito antes do movimento e, no entanto, foi possível manter o sigilo e apanhar a vítima completamente de surpresa.<sup>7</sup>

No entanto, não eram aceitas as imposições de compra e venda de maneira pacífica. Dado que, anteriormente estavam familiarizados a exercer sempre o mesmo ofício na terra de origem, cercado cotidianamente de conhecidos e familiares. Então a ideia de ser preso representava um ato de resistência, não aceitando pacificamente nova submissão a um senhor e ofício desconhecido. Mas, seu novo senhor que já tinha realizado o pagamento do escravizado como no caso de Veludo, enxergava na prisão do sujeito prejuízo financeiro pelo seu investimento na compra, preferindo então defendê-lo perante o juiz a vista de não ter maiores prejuízos com a falta do serviço compulsório do negro. Para isso, os proprietários utilizam estratégias como alegar que as agressões ou fugas, sendo que as fugas também eram utilizadas como estratégia na intenção de inibir-se da venda, justificavam essas ações pela irracionalidade do negro.

Alegavam então alcoolismo e o espírito ocioso do negro, apontando que não havia consciência ou racionalidade no mesmo, que como “coisa” não tinha controle de seus próprios atos, sinalizando que o negro por sua natureza estava propenso a práticas desregradadas, suscetíveis a fugas e roubos, esses e outros argumentos eram utilizados na tentativa de defender o negro, para que não se perdesse o valor investido na compra do sujeito que preso não serviria ao proprietário. No caso citado do negro Bonifácio o desfecho ocorreu em 16 de julho de 1872, o júri declarou alguns de seus companheiros inocentes, favorecendo Veludo que novamente em pose dos indivíduos conseguiria concluir a venda dos negros, já Bonifácio e alguns apontados como líderes da agressão a Veludo, foram condenados a cem açoites e durante seis meses tiveram que utilizar uma corrente de ferro ao pescoço (CHALHOUB,2011).

---

<sup>7</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma História das últimas décadas da escravidão na Corte.* 1ª Edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011, p. 57.

A sequência dos fatos demonstra a maneira articulada que os negros se organizavam, a vista de interferir na venda de uma região para outra e a senhores que não queriam como seu proprietário, isso não apenas pela violência física ou ato irracional. Mas, criavam estratégias que atrapalhassem o processo, até porque seu novo proprietário observando a insubmissão poderia desistir da venda por problemas futuros com o mesmo. Por isso, o comércio de escravizados tinha características como tempo de experiência, onde era finalizado o processo de compra do sujeito apenas quando seu novo senhor de fato atribuísse a competência ao mesmo. Quando não acontecia a compra ou ocorria o cancelamento por desistência, o escravo voltava para seu antigo proprietário e posteriormente para o mercado de venda, ficando disponível a outro senhor.

Os inquéritos levantados por Chalhoub, também apresentam casos de alforrias onde alegava-se liberdade concedida pelo seu senhor por tempo de serviço após sua morte. Havia aqueles que justificam sua liberdade pelo argumento de que seu senhor o comprou pelo tráfico ilegal ou por nascimento de ventre livre, que estava estabelecido desde 1871. Sendo que, o processo de ventre livre para alguns autores, seria o contexto que destrincha os primeiros passos de transição para trabalho livre. No julgamento, conseqüentemente ambos os lados tentavam provar seu argumento, os negros que diziam ser livres precisavam apresentar tutor em sua defesa, apresentando provas e testemunhas quando possível para comprovar a liberdade. Casos como esses aparecem em processos favoráveis aos negros que conseguiam formalizar sua liberdade, já em outros não, o que pode ser observado é que havia situações em que demonstrava os negros, articulações para conseguir a liberdade, que talvez de fato não existisse. No mesmo critério a evidências de negros que de fato livres, não conseguiram provar sua liberdade voltando para o sistema escravista. Os levantamentos apresentados confirmam que a pressão britânica não foi o único fator decisivo para o desmonte do sistema escravocrata, pois os mesmos sendo vítimas do sistema, interferiram diretamente ou indiretamente para seu encerramento.

### **Liberdade como objetivo**

O declínio da escravização inevitavelmente aconteceria, mas as elites da época buscavam prolongar este fato, que brevemente se ofuscou conseqüentemente com a crise na região da Prata, devido a guerra do Paraguai (1864-1870). Todavia, o desmanche da escravização no Brasil efetuou-se, porém, ao contrário do modelo dos EUA em que houve indenização conforme a liberdade era estabelecida. No Brasil não se deu dessa forma, ratificando leis como a de ventre livre de 1871, em que o proprietário da progenitora optaria em ter posse do menor até 8 anos, quando o senhor escolheria receber indenização ou a servidão do sujeito até 21 anos. De antemão, a lei dos sexagenários de 1885, libertava aquele acima de 60 anos mediante indenização ao possessor, mas nenhuma remuneração foi atribuída aos escravagistas com a abolição de 1888 que libertou cerca de 700 mil escravizados (SCHWARCZ,2015).

Posto isso, o império brasileiro não trazia medidas em “compensar” o proprietário que basicamente perderia seu investimento de compra, venda e mão de obra. Sendo assim, o adjunto da liberdade apostos desmantelava o comércio de escravizados e a mão de obra disponível principalmente para elite latifundiária, interferindo dessa forma nas estruturas econômica, social e política. Para os mesmos a liberdade de um escravizado significava:

Como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significados sociais impostas pelos senhores.<sup>8</sup>

Quanto ao indivíduo livre exprimia condições sociais e autonomia em criar seus próprios valores e vivências mediante sua própria consciência. Porém, este argumento estava ligado a teorias do período que estereotipavam o negro mesmo que livre como inferior. O século XIX e XX, foi marcado por teorias que buscavam cientificamente comprovar que o negro e suas origens étnicas seriam inferiores, tanto por condições biológicas ou psíquicas que determinavam critérios do senso de submissão e a irracionalidade.

---

<sup>8</sup> CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: Uma História das últimas décadas da escravidão na Corte. 1ª Edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011, p. 43.

No caso brasileiro, a “ciência” que chega ao país em finais do século não é tanto uma ciência de tipo experimental, ou a sociologia de Durkheim ou de Weber. O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação.<sup>9</sup>

Esses argumentos foram fomentados por teorias como o darwinismo social e a perspectiva do médico Nina Rodrigues, que no Brasil reforçava as ideias de inferioridade étnica dos afrodescendentes e a miscigenação. Argumentos que seriam confrontados por Clóvis Moura, que, através do livro 'Rebeliões e Senzala', criticava a ideia de relações harmoniosas escravistas debatidas por Gilberto Freyre. Moura, evidenciava a luta do negro contra a submissão e suas relações sociais, apresentando o negro como sujeito articulado, como podemos ver nos levantes, revoltas e quilombos, exemplos de organização social, defesa e resistência. Ao contrário do que se estabelecia no século XIX e início do século XX, haviam apontamentos de estudiosos sociais sobre a acomodação do negro referente a escravização por uma série de razões psicológicas. Porém, Moura salientou como esses povos sustentavam suas relações de maneira sofisticada mesmo que estereotipados.

Quando os africanos vinham, na qualidade de cativos, conservavam ainda, a sua hierarquia, os devidos elementos de sua organização e os padrões de valores correspondentes. Tanto assim, que muitos dos que tinham títulos de mando conservavam aqui esses atributos. De um lado, a destribalização violentava o mundo mental do africano, abrindo a perspectiva de analisar a sua situação, não do ponto de vista das estruturas tradicionais africanas nas quais ele se inseria, mas inserido já no conjunto de uma sociedade estratificada que colocava coercitivamente com um status definido e inferior.<sup>10</sup>

Por conseguinte, a liberdade para o escravizado não estava atrelada necessariamente ao rompimento do trabalho compulsório. Sua idealização de liberdade estava atrelada a autonomia de ir e vir, o direito de constituir moradias com suas famílias ou companheiros. No que diz respeito aos horários de suas atividades,

---

<sup>9</sup> SCHWARCZ, Lilia. O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930. 1ª Edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993, p. 30.

<sup>10</sup> MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala. 3ª Edição. São Paulo: Editora Ciências Humanas LTDA, 1959, p. 09.

almejavam executá-las sem repressões, já que os senhores determinavam horários que deveriam estar em casa sobre sua observação e domínio. Outro ponto a ser considerado é o livre-arbítrio no exercício das práticas religiosas afrodescendentes e na preservação de sua cultura, incluindo danças, rituais e a capoeira. Em outras palavras, a autonomia de escolha na forma de viver, seja em atividades básicas ou mais complexas. Além disso, é importante destacar o desejo de participação ativa na sociedade como indivíduo livre.

### **Considerações finais**

Foi possível evidenciar a participação direta e indireta dos escravizados e seus descendentes quanto ao fim do sistema escravagista, analisando que o Brasil não utilizava apenas da mão de obra escravizada para fomentar a economia e o comércio, o próprio escravizado foi motivo de árduo e atroz mercado lucrativo sendo “objeto” de venda e compra, vendido massivamente para ofícios urbanos ou rurais. As revoltas, fugas e criação de quilombos aponta que os mesmos não esperavam pacificamente a conquista da liberdade, mas criavam estratégias para alcançá-la. A interferência quanto ao deslocamento interprovincial, a Revolta dos Malês de 1835, o quilombo dos palmares que foi motivo de monitoramento até o final do século XVIII, foram exemplos da participação negra no processo da libertação, compreendida como ato de conquista. Portanto, reforça-se que não foi apenas a pressão britânica ou uma benesse de Don Pedro II e sua filha princesa Isabel que assina a lei áurea em 1888, a liberdade, contudo foi um ato de conquista através da resistência negra.

É importante notabilizar a contribuição negra na formação do Brasil, principalmente pelo âmbito de um país que se moldou de forma miscigenada, dentro de um contexto escravagista que perdurou por quase quatrocentos anos. Isso ressalta que as elites do século XIX acompanhavam as mudanças no cenário global em relação aos meios de trabalho e à industrialização, que emergiam no modelo capitalista, enquanto o sistema de escravização não acompanhava esses avanços universais. Por isso, esta questão foi prolongada até onde se foi capaz, sendo um dos motivos o fato de que, em muitos casos, no Brasil não havia indenizações à medida que a liberdade era estabelecida, acarretando prejuízos financeiros para essas elites e a escassez de mão de obra, principalmente em ofícios rurais.

No entanto, após a conquista da liberdade, não foram empregadas medidas para inserir ativamente os sujeitos que agora eram livres e teoricamente iguais àqueles que os detinham como propriedade. Este cenário pós-abolição destaca a falta de inserção dos povos negros na sociedade, que, sem medidas políticas, passaram a se deslocar para as margens da sociedade. Eles encontraram fontes de renda em trabalhos diversos e mal remunerados, construindo suas moradias em locais que hoje compreendemos como comunidades ou favelas, enquanto outros se instalaram em regiões rurais com difícil acesso e infraestrutura precária. Esse reflexo persiste na atualidade, onde a sociedade negra enfrenta mecanismos de exclusão em diversos âmbitos, não apenas de maneira isolada, mas de forma estrutural.

### Referências

1. ALVES, Castro. **O Navio Negroiro e outros poemas**. 1ª edição. São Paulo: Editora Antofágica, 2022.
2. ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2018.
3. BETHELL, Leslie. **História da América Latina Volume II: América Latina Colonial**. 1ª edição. São Paulo: Editora Edusp, 1999.
4. CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.
5. MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Ciências Humanas LTDA, 1959.
6. REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do levante dos Malês em 1835**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2003.
7. REIS, João José. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil: Nos achamos em campos a tratar da liberdade**. Revista USP. n. 28, p. 14-39, 1996.

8. REIS, João José. **Os malês segundo Abd Al-Rahmān Al-Baghdādī, um ímã otomano no Brasil oitocentista**. Revista Brasileira de História, v. 43, n.93, p. 355-396, 2023.
9. REIS, João José. **Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia**. Revista Topoi, v. 15, n.28, p. 68-115, 2014.
10. SHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.
11. SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloísa. **Brasil Uma Biografia**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.
12. PINSKY, Jaime, **A escravidão no Brasil**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 1996.
13. Fontes primária: ARQUIVO NACIONAL BRASILEIRO. **Jornal do Commercio, Folha Commercial e Política**, v. I, fasc. 20, 27 de janeiro de, 1830.